

DIREITO CIVIL

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Áreas do Direito

Data da atualização: 27.03.2025

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
Código Civil	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
Decreto Federal nº 9.830, de 10 de junho de 2019	Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.
Lei Federal nº 13.811 de 12 de março de 2019	Confere nova redação ao art. 1.520 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para suprimir as exceções legais permissivas do casamento infantil.
Lei Federal nº 13.806, de 10 de janeiro de 2019	Altera a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, para atribuir às cooperativas a possibilidade de agirem como substitutas processuais de seus associados.
Lei Federal nº 13.786, de 27 de dezembro de 2018	Altera as Leis nos 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979, para disciplinar a resolução do contrato por inadimplemento do adquirente de unidade imobiliária em incorporação imobiliária e em parcelamento de solo urbano.
Lei Federal nº 13.777, de 20 de dezembro de 2018	Altera as Leis nos 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), para dispor sobre o regime jurídico da multipropriedade e seu registro. Mensagem de veto
Decreto Federal nº 9.354, de 25 de abril de 2018	Regulamenta o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, que dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e o art. 11-B da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, a administração, o aforamento e a alienação de bens imóveis de domínio da União.

<p><u>Lei Federal nº 13.655, de 25 de abril de 2018</u></p>	<p>Inclui no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público. Parcialmente vetado.</p>
<p><u>Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018</u></p>	<p>Institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e estabelece os procedimentos para a avaliação e a alienação dos imóveis da União.</p>
<p><u>Lei Federal nº 13.532, de 7 de dezembro de 2017</u></p>	<p>Altera a redação do art. 1.815 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para promover ação visando à declaração de indignidade de herdeiro ou legatário.</p>
<p><u>Decreto Federal nº 9.081, de 21 de junho de 2017</u></p>	<p>Altera o Decreto nº 8.469, de 22 de junho de 2015, que regulamenta a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, e a Lei nº 12.853, de 14 de agosto de 2013, para dispor sobre a gestão coletiva de direitos autorais.</p>
<p><u>Lei Federal nº 13.297, de 16 de junho de 2016</u></p>	<p>Altera o art. 1º da Lei no 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, para incluir a assistência à pessoa como objetivo de atividade não remunerada reconhecida como serviço voluntário.</p>
<p><u>Medida Provisória nº 732, de 10 de junho de 2016</u></p>	<p>Limita o reajuste das receitas patrimoniais decorrentes da atualização da planta de valores, para efeito do cálculo do valor do domínio pleno do terreno a que se refere o art. 1º, § 1º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987.</p>
<p><u>Decreto Federal nº 8.783, de 06 de junho de 2016</u></p>	<p>Altera o Decreto no 2.268, de 30 de junho de 1997, que regulamenta a Lei no 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fim de transplante e tratamento.</p>
<p><u>Lei Federal nº 13.294, de 06 de junho de 2016</u></p>	<p>Dispõe sobre o prazo para emissão de recibo de quitação integral de débitos de qualquer natureza pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, nos termos da Lei no 4.595, de 31 de dezembro de 1964. <u>Mensagem de veto</u></p>
<p><u>Lei Federal nº 13.176, de 21 de outubro de 2015</u></p>	<p>Acrescenta inciso IX ao art. 964 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para outorgar privilégio especial, sobre os produtos do abate, ao credor por animais.</p>
<p><u>Lei Federal nº 13.151, de 28 de julho de 2015</u></p>	<p>Altera os arts. 62, 66 e 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 1º da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935, e o art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre a finalidade das fundações, o prazo para manifestação do Ministério Público sobre suas</p>

	alterações estatutárias e a remuneração dos seus dirigentes; e dá outras providências. Mensagem de veto
<u>Lei nº Federal 13.127, de 26 de maio de 2015</u>	Altera a Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para eximir as entidades de autogestão constituídas sob a forma de fundação, de sindicato ou de associação da obrigação de constituir pessoa jurídica independente, especificamente para operar planos privados de assistência à saúde.
<u>Lei Federal nº 12.744, de 19 de dezembro de 2012</u>	Altera o Art. 4º e acrescenta Art. 54-A à Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que “dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e procedimentos a elas pertinentes”, para dispor sobre a locação nos contratos de construção ajustada.
<u>Decreto Federal nº 7.833, de 29 de outubro de 2012</u>	Altera o Decreto nº 2.867, de 8 de dezembro de 1998, que dispõe sobre a repartição de recursos provenientes do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT.
<u>Lei Federal nº 12607, de 04 de abril de 2012</u>	Altera o § 1º do art. 1.331 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, no que tange ao critério de fixação da fração ideal e às disposições sobre alienação e locação de abrigos para veículos em condomínios edifícios.
<u>Lei Federal nº 12.424, de 16 de junho de 2011</u>	Altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nos 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Mensagem de veto
<u>Lei Federal nº 12.441, de 11 de julho de 2011</u>	Altera a Lei nº 10.406 , de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada.
<u>Lei Federal nº 12.399, de 1º de abril de 2011</u>	Acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406 , de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.
<u>Lei Federal nº 12.398, de 28 de março de 2011</u>	Acrescenta parágrafo único ao art. 1.589 da Lei nº 10.406 , de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e dá nova redação ao inciso VII do art. 888 da Lei nº 5.869 , de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para estender aos avós o direito de visita aos netos.

<u>Lei Federal nº 12.376, de 30 de dezembro de 2010</u>	Altera a ementa do <u>Decreto-Lei nº 4.657</u> , de 4 de setembro de 1942.
<u>Lei Federal nº 12.344, de 09.12.2010</u>	Altera a redação do inciso II do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para aumentar para 70 (setenta) anos a idade a partir da qual se torna obrigatório o regime da separação de bens no casamento.”
<u>Lei Federal nº 12.236, de 19 de maio de 2010</u>	Altera o <u>art. 723 da Lei nº 10.406</u> , de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para adequá-lo às exigências da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.
<u>Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007</u>	Altera os artigos 1.225 e 1.473 do Código Civil.
<u>Lei Federal nº 11.280, de 16 de fevereiro de 2006</u>	Revoga o artigo 194 do Código Civil.
<u>Lei Federal nº 11.127, de 28 de junho de 2005</u>	Altera os artigos 54, 57, 59, 60 e 2031 do Código Civil e o artigo 192 da Lei 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e dá outras providências.
<u>Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005</u>	Altera o inciso IV do artigo 41 do Código Civil.
<u>Lei Federal nº 10.931, de 2 de agosto de 2004</u>	Altera o Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro.
<u>Lei Federal nº 10.838, de 30 de janeiro de 2004</u>	Altera o caput do art. 2.031 do Código Civil.
<u>Lei Federal nº 10.825, de 22 de dezembro de 2003</u>	Dá nova redação aos artigos 44 e 2.031 do Código Civil.
<u>Lei Federal nº 10.677, de 22 de maio de 2003</u>	Revoga o art. 374 do Código Civil.
<u>Lei Federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991</u>	Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.
Alienação Fiduciária	
<u>Lei Federal nº 9.514, de 20 de novembro de 1997</u>	Dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.
<u>Decreto-lei nº 911, de 1 de outubro de 1969</u>	Altera a redação do art. 66, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária e dá outras providências.

Locação	
<u>Lei Federal nº 12.112, de 9 de dezembro de 2009</u>	Altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para aperfeiçoar as regras e procedimentos sobre locação de imóvel urbano.
<u>Lei Federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991</u>	Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL	
LEGISLAÇÃO	EMENTA
<u>Lei Estadual nº 8039, de 29 de junho de 2018</u>	Dispõe sobre a responsabilização das empresas por defeitos e vícios da execução de obras e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7.904, de 9 de março de 2018</u>	Dispõe sobre a criação do Programa de Reprodução Humana Assistida no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 7088, de 22 de outubro 2015</u>	Estabelece medidas para a erradicação do sub-registro civil de nascimento no estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6410, de 12 de março de 2013</u>	Altera a lei nº 126, de 10 de maio de 1977 e dá outras providências.
<u>Lei Estadual nº 6.400, de 05 de março de 2013</u>	Determina a realização periódica por autovistoria, a ser realizada pelos condomínios ou por proprietários dos prédios residenciais, comerciais e pelo Poder Público, nos prédios públicos, incluindo estruturas, fachadas, empenas, marquises, telhados e obras de contenção de encostas bem como todas as suas instalações e cria Laudo Técnico de Vistoria Predial (LTVP) no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br